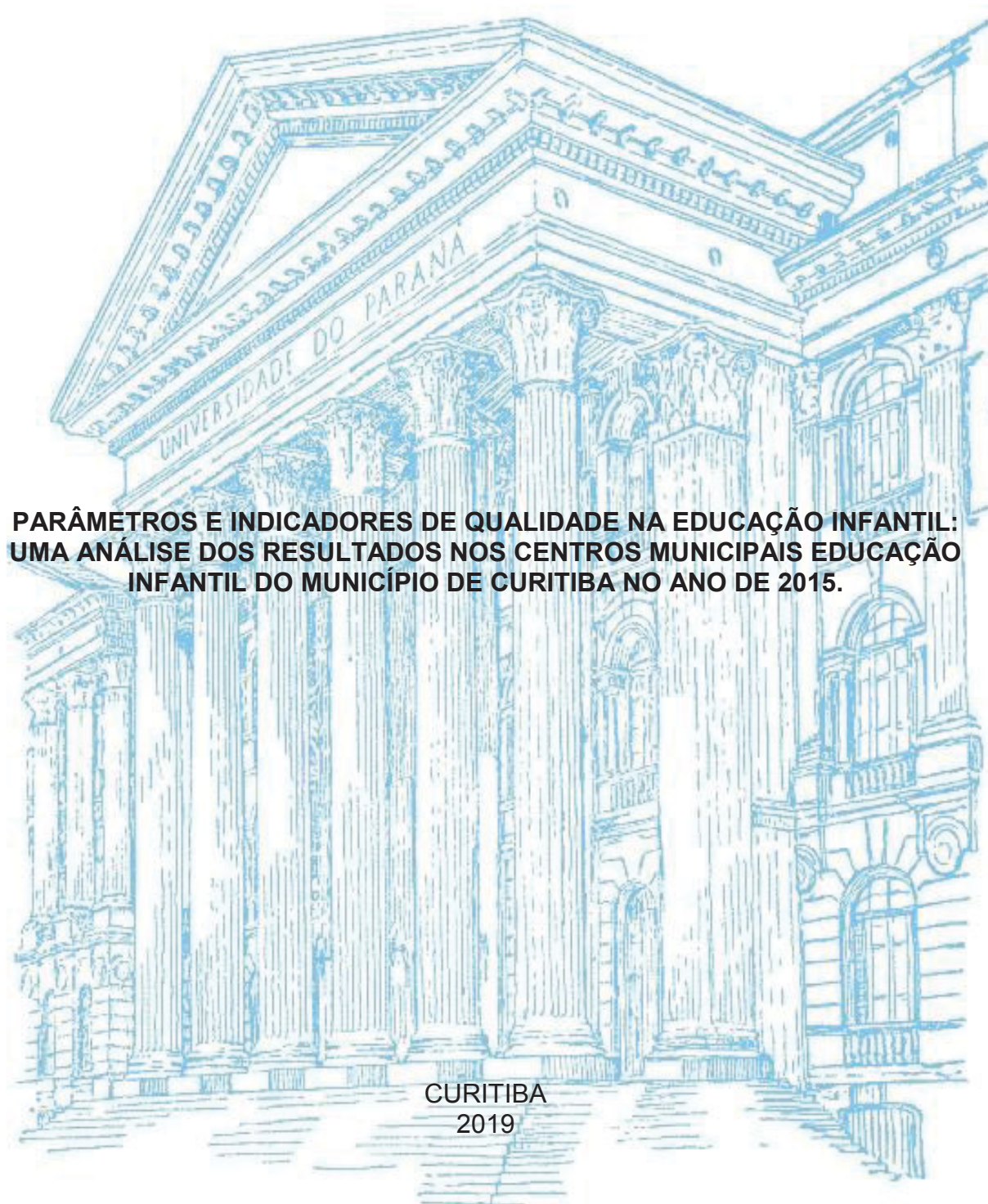


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MARTA FABIANE DA SILVA




**PARÂMETROS E INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS NOS CENTROS MUNICIPAIS EDUCAÇÃO
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NO ANO DE 2015.**

CURITIBA
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MARTA FABIANE DA SILVA



**PARÂMETROS E INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS NOS CENTROS MUNICIPAIS EDUCAÇÃO
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NO ANO DE 2015.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista, Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Marcus Quintanilha da Silva

CURITIBA
2019

RESUMO

Neste artigo apresentam-se dados referentes aos resultados dos parâmetros e indicadores de qualidade da educação infantil dos centros municipais de educação infantil do município de Curitiba no ano de 2015. As avaliações institucionais na educação infantil é um campo novo para pesquisa, porém de grande valia para nortear os possíveis caminhos para educação infantil de qualidade, mesmo que esta “qualidade” perpassa por diferentes critérios e indicadores. Encontram-se hoje algumas lacunas no que se refere às avaliações institucionais em âmbito escolar, mas todas estas avaliações almejam chegar a um denominador comum: contribuir de modo significativa na qualidade da educação. Desse modo esta pesquisa tem como objetivo analisar e refletir a cerca dos resultados obtidos nas Avaliações dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade dos Centros Municipais de Educação Infantil no município de Curitiba. A metodologia utilizada constituiu-se do uso de pesquisa bibliográfica tendo como base os documentos norteadores dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil de Curitiba (2009) e os autores Dias (2003), Sousa (1995), Alvarase *et al* (2013), Moro *et al* (2014). A pesquisa viabilizou percepções entre os dados coletados nas avaliações institucionais, bem como aspectos reais das instituições, indicando que a hipótese é que, não necessariamente, essa avaliação representa a real condição da escola, gerando problemas inclusive na formulação e execução de políticas educacionais.

Palavras – chave: Avaliação, Avaliação em larga escala, Avaliação institucional, Parâmetros e indicadores de qualidade, Educação infantil.

ABSTRACT

This article presents data regarding the results of the parameters and indicators of quality of pre-school education in the municipal schools of the city of Curitiba in the year 2015. The institutional evaluations in the education of children is a new field for research, but of great value to guide the possible paths to quality child education, even if this "quality" goes through different criteria and indicators. There are now some gaps in school-based institutional assessments, but all these evaluations aim to reach a common denominator: to make a significant contribution to the quality of education. Thus, this research aims to analyze and reflect on the results tabulated in the Assessments of Parameters and Quality Indicators of the Municipal Centers of Early Childhood Education in the city of Curitiba. The methodology used consisted of the use of bibliographical research based on the guiding documents of Parameters and Quality Indicators in Early Childhood Education in Curitiba (2009) and the authors Dias (2003), Sousa (1995), Alavarse et al (2013), Moro et al. (2014). The research enabled perceptions between the data collected in the institutional evaluations, as well as real aspects of the institutions, indicating that the hypothesis is that, not necessarily, this evaluation represents the real condition of the school, generating problems even in the formulation and execution of educational policies.

Key words: Evaluation, Large-Scale Evaluation, Institutional Evaluation, Parameters and indicators of quality, Early Childhood Education.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CMEI'S E PARTICIPANTES NA AVALIAÇÃO DO PIQ POR REGIONAIS – 2015.....	13
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RELATÓRIO GERAL - RME E NRE'S - PARÂMETROS I A VIII.....	14
---	----

LISTA DESIGLAS

ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização

ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica

APPF - Associação de Pais, Professores e Funcionários

BN - Bairro Novo

BQ - Boqueirão

BV - Boa Vista

CIC - Cidade Industrial

CJ - Cajuru

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

EI - Educação Infantil

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IICA - Instituto Interamericanos de Cooperação para a Agricultura

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MZ - Matriz

NRE'S - Núcleos Regionais

PIQ -Parâmetros Indicadores de Qualidade

PN - Pinheirinho

PR - Portão

RME - Rede Municipal de Ensino

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEP - Sistema Nacional de Avaliação das Escolas Públicas de 1o Grau

SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica

SF - Santa Felicidade

TQ - Tatuquara

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. AVALIAÇÃO	13
2.1 AVALIAÇÕES EM LARGA NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	14
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	15
3. DIFUSÃO DO PARÂMETROS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	18
3.1 PARÂMETROS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	19
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

As avaliações institucionais é um tema recente no campo da educação básica. No Brasil as primeiras aproximações de avaliação institucional foram implementadas no ensino superior em 1980. A avaliação institucional em suma abrange a análise da instituição escolar como um todo, nas dimensões política, pedagógica e administrativa.

No que se refere à Avaliação dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade, sabe-se que é um meio de compreensão da realidade, a qual apresenta potencialidades e fragilidades existentes nas instituições. Entende-se assim, que estes resultados provenientes das avaliações é um grande aliado para nortear as discussões e planejamentos para as intervenções necessárias.

No ano de 2006 o Ministério da educação - MEC elaborou o documento Parâmetros nacionais de qualidade para educação infantil, este viabilizou as primeiras avaliações institucionais neste nível de ensino. De acordo com o MEC este documento teve como finalidade “estabelecer uma referência nacional a ser discutida e utilizada pelos sistemas de ensino na definição de padrões de qualidade locais para as instituições de Educação Infantil.” (BRASIL, 2006 v.2, p.31)

Em 2009 houve a publicação dos Indicadores da Qualidade na educação infantil, o qual teve como objetivo organizar e detalhar esses parâmetros como indicadores funcionais, tal documento foi distribuído para todos estados e municípios pelo Ministério da educação.

A avaliação dos Parâmetros e indicadores de qualidade para os centros municipais de educação infantil do município de Curitiba foi elaborada tendo como base os parâmetros do MEC (BRASIL, 2006b). Neste município desde 2009 anualmente as instituições de educação infantil realizam junto com os professores e comunidade escolar esta avaliação, tais “indicadores sinalizam ações e condutas que garantem às crianças seu direito á educação infantil de qualidade, a serem considerados no planejamento.” (CURITIBA, 2009, p.12).

Diante desta perspectiva esta pesquisa tem como tema: Parâmetros e indicadores de qualidade na educação infantil: uma análise dos resultados nos centros municipais educação infantil do município de Curitiba no ano de 2015.

Estes documentos têm como foco a autoavaliação das instituições de educação infantil, permitindo reflexões para as possíveis ações e estratégias que visem à qualidade. No entanto para que isto ocorra se faz necessário um olhar atento para estes resultados. Assim pergunta que norteou os caminhos desta pesquisa visou analisar se: os resultados tabulados da avaliação dos parâmetros e indicadores de qualidade para os centros de educação infantil se contrapõem com a realidade existente.

Neste questionamento torna-se importante considerar os resultados da avaliação dos Parâmetros indicadores de qualidade do município de Curitiba fazendo um paralelo com a suposta realidade aferida diante dos dados tabulados com aspectos que se contrapõe com alguns fatos existentes.

Em síntese o objetivo geral desta pesquisa foi de analisar e refletir acerca das implicações e desdobramentos diante dos resultados das Avaliações dos Parâmetros Indicadores de Qualidade.

Sendo assim, foram delineados alguns objetivos específicos os quais contextualizou o tema estudado norteando os caminhos da pesquisa, estes perpassaram por:

Apresentar a prática da avaliação da educação em âmbito nacional;

Situar a avaliação no contexto histórico do sistema educacional brasileiro, caracterizando a avaliação de larga escala, avaliação institucional e os Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil;

Descrever a difusão dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil no município de Curitiba.

A pesquisa se iniciou por meio da verificação dos resultados dos parâmetros indicadores de qualidade referente aos anos 2015, 2016 e 2017 do município de Curitiba. Com esses dados buscou-se delinear as possibilidades de pesquisa.

No município de Curitiba devido sua extensão territorial e populacional está organizado por núcleos regionais para otimização de demandas e responsabilidades. Ao todo o município conta com 10 núcleos regionais sendo: Bairro Novo (BN), Boqueirão (BQ), Boa Vista (BV), Cidade Industrial (CIC), Cajuru (CJ), Matriz (MZ), Pinheirinho (PN), Portão (PR), Santa Felicidade (SF) e Tatuquara (TQ).

Verificou-se durante as primeiras aproximações que os resultados a cada ano foram tabulados por meios diferentes. Em 2015 os dados são registrados por

núcleos regionais, sendo compilados resultados de nove núcleos ao todo, ficando pendentes dados de um núcleo regional (TQ).

Em 2016 os resultados são apresentados individualmente, ou seja, por equipamentos (CMEI), além disso, os dados tabulados contemplaram oito regionais ficando pendentes informações de duas regionais (BV e PR).

Por fim em 2017 os dados estão tabulados por equipamentos, porém todos registrados em uma mesma planilha, os dados tabulados contemplaram as 10 regionais.

Nos anos de 2016 e 2017 os dados registrados por equipamentos dificultam a análise devido à quantidade de CMEIs, além disso, o ano de 2017 foi marcado por uma conturbada troca de governos, assim prezando os resultados confiáveis e pautando-se nas observações dos dados compilados, a pesquisa contemplou a análise dos dados referente ao ano de 2015, visto que este tem maior clareza de resultados registrados por núcleos regionais e em âmbito geral do município.

Após a análise dos resultados, tinha-se como caminho a pesquisa de campo, nesta pretendia-se verificar se os dados levantados nas Avaliações dos Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil estão sendo utilizados como norteadores de possíveis ações e estratégias que visam à qualidade, e quais seriam alguns dos encaminhamentos realizados frente aos dados levantados nesta avaliação.

Para tal pesquisa seria necessário contato direto com o gestor (diretora) de algumas instituições de educação infantil, o que não foi possível, pois a nova gestão do município recentemente realizou uma movimentação de diretoras dos CMEIs e certamente este fato impossibilitaria uma pesquisa substancial. Desse modo optou-se em permanecer na análise de resultados, porém numa visão crítica da pesquisadora, a qual está inserida no quadro de profissionais da educação do município.

Na sequência a pesquisa perpassava por análises de duas ou três regionais, no entanto durante a verificação dos dados percebeu-se resultados semelhantes entre as regionais os quais se aproximaram do resultado geral do município, desse modo a pesquisa foi realizada tendo como linha o resultado do município.

Para consolidar-se esta pesquisa têm-se como referencial teórico os documentos norteadores: Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil (2006, v. 1 e 2), Indicadores da qualidade na educação infantil (2009), os

Parâmetros e Indicadores de Qualidade para os Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba (2012); Resultados das avaliações dos Parâmetros indicadores de qualidade dos Centros Municipais Educação Infantil do Município de Curitiba do ano de 2015 e os autores: Dias (2003), Moro (2007), Souza (1995) entre outros.

A pesquisa apresentar-se-á em quatro itens. A introdução apresenta brevemente o percurso da pesquisa, contextualizando a temática estudada.

O segundo apresenta de modo sucinto a prática da avaliação da educação em âmbito nacional, na sequência caracteriza a avaliação institucional. O terceiro aborda a difusão dos Parâmetros indicadores de qualidade na educação infantil em âmbito nacional e municipal, por fim, o quarto apresenta resultados e análise da avaliação dos parâmetros e indicadores de qualidade para os centros municipais de educação infantil do município de Curitiba referente ao ano de 2015 em paralelo com a realidade das instituições.

2.AVALIAÇÃO

A avaliação está presente nos diferentes campos da sociedade e suas intencionalidades estão atreladas à qualidade. De acordo com Gadotti (1987): “o processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido a técnicas” (p.7). Nesse sentido atribuímos a avaliação como um meio para nos reorientar, desenvolvendo ações que nos auxiliem nas soluções de problemas cotidianos nos diversos contextos, desse modo o processo de avaliação está muito além de ser meramente técnica, envolve a reflexão sobre algo, o autor salienta que “refletir é avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos”(p.7). Sendo assim o ato de avaliar envolve reflexões e análises as quais dão subsídios para as tomadas de decisões.

Segundo Sousa e Sá Brito (*apud* BRASIL 2012, p.12):

Avaliação é um processo de compreensão da realidade estudada, com o fim de subsidiar a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das diretrizes e ações desenvolvidas, a partir de premissas que orientam a estrutura do processo avaliativo e dão coerência às atividades desse processo.

Sendo esta avaliação compreensão da realidade posta a qual apresenta potencialidades e fragilidades, há de se pensar em como esses dados serão utilizados, pois em alguns casos são apenas dados os quais não tem impacto direto em ações e estratégias que possibilitem a novos olhares e estes se efetivem em políticas públicas.

Nesta perspectiva a avaliação adentra de modo significativo nas instituições de ensino, que se utilizam dos dados levantados nas avaliações como meio para se pensar os novos percursos que viabilize mudanças qualitativas.

Souza (1995) corrobora quando afirma que: “a avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar.” (p.63). Assim as avaliações possibilitam muito mais do que levantamentos de dados e números, seu processo de reflexão possibilita a identificação de especificidades que permeiam as instituições, propicia

análises sobre os espaços, estruturas, formação docente, materiais, trabalho pedagógicos e demais necessidades do cotidiano da educação infantil.

2.1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

As avaliações em larga escala têm como objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

O Ministério da educação ressalta que:

Avaliar torna-se, nesta perspectiva, um instrumento essencial dos processos de decisão em todos os níveis do sistema educacional, para desenvolver novos padrões de ensino e de gestão e alcançar os padrões de qualidade educacional requeridos para levar o País a um desenvolvimento democrático, economicamente eficiente e socialmente justo. (BRASIL, 1994. s/p).

Os artigos 210 e 214 da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988 a presente lei estabelece a necessidade de se promover e fixar “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” e a “melhoria da qualidade do ensino”. Desse modo, visando mudanças no sistema de ensino da educação básica a fim de estabelecer conteúdos mínimos para qualidade e a promoção da equidade, houve a necessidade do governo federal elaborar e implementar uma avaliação nacional. Assim em 1988 criou-se o Sistema Nacional de Avaliação das Escolas Públicas de 1º Grau - SAEP, este sistema foi criado pelo Ministério da educação em parceria com o Instituto Interamericanos de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Em setembro do mesmo ano foram iniciadas as primeiras aplicações piloto que envolveu os estados do Paraná e Rio Grande do Norte, esta aplicação ocorreu como um teste para detectar os possíveis ajustes e posteriormente ampliado a nível nacional. No entanto a falta de recursos financeiros fez com que este sistema não fosse implantado em nível nacional.

No ano de 1990 a Secretaria Nacional de Educação Básica – SENE B destinou os recursos financeiros necessários e reiniciou os trabalhos a cerca dessas avaliações nacionais. Em 1991 o sistema de avaliação da educação básica passou a ser nominado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, visto que futuramente este sistema de avaliação poderia abranger o ensino de Segundo Grau (ensino médio).

De acordo com o Ministério da educação

Retomando o trabalho iniciado em 1988, o INEP recuperou e ampliou sua infraestrutura, incentivando a constituição de Equipes técnicas nas Secretarias Estaduais, responsáveis pelo trabalho de campo, processamento, análise, disseminação e utilização dos resultados no seu âmbito, além de revisar suas estratégias, métodos e tecnologias. Foram assim lançadas bases para a execução de um programa permanente e estável de avaliação da educação básica no Brasil. (BRASIL, 1994. s/p)

Desde então novos mecanismos foram elaborados e aplicados com vistas à avaliação da educação básica, entre eles têm-se o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (1998) sendo utilizado desde 2005 como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior; Prova Brasil, a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB (2005); Provinha Brasil (2007); e a Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA (2013), estas têm como finalidade avaliar a qualidade na educação básica por meio de dados nacionais.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As avaliações institucionais é um tema recente no campo da educação básica. No Brasil as primeiras aproximações de avaliação institucional foram implementadas no ensino superior em 1980. A avaliação institucional em suma abrange a análise de todos os segmentos da instituição escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, faz menção em diferentes artigos sobre padrão de qualidade na educação, para tanto, a fim de efetivar este padrão de qualidade as instituições em âmbito nacional, seus entes federados desenvolvem e aplicam avaliações institucionais as quais por meio de seus resultados podem promover intervenções por meio de metas e ações

aliadas a elaboração de políticas públicas governamentais que possam dar subsídios necessários para resolução dos problemas evidenciados.

Lück(2012) descreve que:

A avaliação institucional da escola consiste em um processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e práticas escolares, em seus desdobramentos e interações, tendo por objetivo contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional e seus resultados. (p. 39).

Desse modo a Avaliação Institucional visa avaliar a instituição de forma global, este envolve os vários elementos que a constitui o contexto escolar, a fim de diagnosticar a realidade institucional e orientar as tomadas de decisões, constitui em uma ferramenta que auxilia o planejamento da escola. Para que a avaliação torne-se efetiva Sousa (1999) relata que na avaliação institucional há de se “ter claro algumas diretrizes orientadoras do trabalho de toda a rede” evitando assim que a escola seja a única “responsável pela qualidade de ensino” (p.5).

Assim tratando-se de uma autoavaliação institucional torna-se de suma importância que a avaliação ocorra de modo compartilhado como citado por Thurler (1994 p.179) a avaliação “é feita através de um trabalho em grupo, e todos os que dela participam devem consentir de um esforço coletivo.”, portanto todos os membros inseridos na comunidade escolar podem e devem de modo ativo participar desse processo de avaliar, refletir sobre os resultados bem como, delinear proposta e ações voltadas à solução dos problemas e dificuldades apresentados pelo coletivo.

Dias Sobrinho (2003, p. 181) propõe que “a avaliação deve sem dúvida produzir conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade”. Sendo assim a avaliação torna-se um importante instrumento que proporciona um diagnóstico da instituição, este dará subsídios para a elaboração de estratégias e ações buscando as possíveis soluções nos diferentes segmentos das instituições de ensino.

Sousa (1999) descreve que na avaliação institucional há de se “ter claro algumas diretrizes orientadoras do trabalho de toda a rede” evitando assim que a escola seja a única “responsável pela qualidade de ensino” (p.5). Sousa ainda aponta outra questão que deve ser considerada, esta se refere as “unidades escolares assumirem, com transparência e responsabilidade, sua auto-avaliação.” (p.6).

Sendo assim, a avaliação institucional tem sua legitimidade quando as instituições estabelecem relação entre a sua política educacional e o Projeto Pedagógico articulando os resultados com o plano de ação, desta forma a instituição articulará elementos os quais reflitam de modo positivo na qualidade da educação.

Diante da caracterização da avaliação institucional, faz-se necessário a compreensão dos parâmetros e indicadores de qualidade na educação infantil bem como sua difusão em âmbito nacional e municipal.

3.DIFUSÃO DO PARÂMETROS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O ministério da educação sintetizou os princípios e fundamentos para monitoramento da qualidade na educação infantil no documento Parâmetros Nacionais de qualidade para educação infantil - volume 1 e 2 (2006).

Durante os anos de 2004 e 2005 foram realizadas reuniões para construção da primeira e segunda versão, estas foram debatidas em seminários regionais e seminário técnico, para então serem inseridas as novas sugestões. De acordo com este documento

Os parâmetros indicadores de qualidade contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes (BRASIL, 2006, p.3).

Desta forma, este documento elenca de modo amplo referências ou ponto de partida para subsidiar e acompanhar a qualidade na educação infantil em âmbito nacional.

Com o intuito de especificar os Parâmetros indicadores de qualidade, buscando elementos mais precisos, foram elaborados os Indicadores da qualidade da educação infantil o qual tem como objetivo:

[...] traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho (BRASIL, 2009, p.13).

Os indicadores da qualidade na educação infantil podem ser entendida como um instrumento de autoavaliação, tal documento “foi elaborado sob a coordenação conjunta de diferentes do Ministério da educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da fundação Orsa, da Undime e do Unicef” (BRASIL, 2009, p.7). Contou com apoio dos diferentes segmentos da sociedade

como: professores, gestores especialistas, pesquisadores da área, fóruns e conselhos, seu monitoramento foi realizado em nível de pré-teste em 2011/12, em que foi considerado seu grande potencial como instrumento de avaliação.

Os Indicadores “são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo” (BRASIL, 2009, p.13).

Nessa perspectiva os indicadores possibilitam que a gestão e os demais agentes da educação identifiquem as fragilidades e potencialidades da instituição, por meios dos dados tabulados, análises e reflexões buscam-se estratégias e ações para sua melhoria.

3.1 PARÂMETROS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

A avaliação elaborada por iniciativa própria do município é de grande valia para se delinear meios de promoção de uma educação de qualidade, é uma maneira de se “repensar e planejar as ações pedagógicas, tanto as que dizem respeito à política educacional, quanto às referidas a cada escola”. (ALAVARSE *et al* ,2013, p.25)

No município de Curitiba as discussões para elaboração dos Parâmetros indicadores de qualidade da educação infantil, ocorreram durante o ano de 2008, estes foram elaborados com base nos parâmetros do MEC (BRASIL, 2006). Participaram desta construção diretores e pedagogos de CMEIs, coordenados pelo Departamento de Educação Infantil. Posteriormente este documento foi direcionado as unidades de trabalho para ser validada com os profissionais, familiares e demais componentes da comunidade. A implementação desta avaliação teve início no ano de 2009.

Os Parâmetros e Indicadores da Qualidade- PIQ para os Centros Municipais de Educação Infantil no município de Curitiba abordam oito direitos (dimensões ou eixos norteadores). São estes:

1. Nossas crianças têm direito a um espaço organizado, acolhedor, seguro e desafiador, durante sua permanência no CMEI;
2. Nossas crianças têm direito á brincadeira;
3. Nossas crianças têm direito á alimentação saudável;
4. Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade;

5. Nossas crianças têm direito ao desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão;
6. Nossas crianças têm direito de serem educadas por profissionais qualificados;
7. Nossas crianças têm direito a um espaço de convivência democrática. (p.05-45);
8. Nossas crianças têm o direito a um espaço de convivência democrática.

Dentro de cada um desses direitos há um detalhamento de questões a serem analisadas, intituladas como critérios e indicadores, esses fazem menção dos pontos a serem considerados na avaliação.

Os Indicadores de qualidade da educação infantil é um instrumento utilizado para autoavaliação das instituições objetivando sua melhoria, sendo assim faz-se necessário que todos os “agentes” participem, sejam eles professores, funcionários, familiares, educandos enfim a comunidade em geral, todos os envolvidos terão conhecimento das fragilidades e potencialidades da instituição e posteriormente contribuirão em “discutir e decidir as prioridades de ação” (BRASIL, 2009, p.14).

Para tanto se faz necessário que a instituição faça a mobilização da comunidade escolar conscientizando-os da importância desta autoavaliação, é preciso organizar reuniões para que estes agentes possam “compreender o objetivo dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil e quais serão os passos para o planejamento e a organização da avaliação” (BRASIL, 2009, p.18).

A avaliação pode ocorrer do seguinte modo, os participantes serão divididos em grupos, cada grupo irá discutir, e analisar um dos direitos, seus critérios e indicadores, como critério de satisfação ou insatisfação pode-se utilizar de cores como vermelho inexistente não contemplado, amarelo contemplado parcialmente e verde contemplado (Os termos referentes às cores podem variar, estes estão sendo utilizados apenas como sugestão e compreensão do que está sendo proposto. No caso do município de Curitiba utilizam-se os termos: Consolidado, eventual e inexistente).

Os professores devem fazer parte dos grupos, e devem ser definidos os coordenadores e relatores antecipadamente a reunião, estes devem ser orientados previamente sobre o desenvolvimento das atividades.

Em cada grupo as observações e questionamentos devem ser anotados em cartolinas ou papel Kraft para que possam ser utilizados posteriormente.

Após os apontamentos dos pequenos grupos se faz importante levar os resultados a plenária geral para que em grande grupo possam decidir e dar sugestões, os relatos serão efetuados pelos relatores de cada grupo, neste momento pode ser utilizados cartões em diferentes cores para que os participantes possam expressar suas opiniões.

Por fim se faz um levantamento de dados objetivando visualizar as fragilidades e potencialidades da instituição, de modo coletivo definem-se quais os assuntos terão prioridades nas ações.

Esses resultados são enviados para os núcleos regionais de educação os quais fazem a tabulação por instituição e organizam o percentual geral do núcleo, por fim os dados são encaminhados para secretaria municipal de educação.

Delineado a difusão dos parâmetros de educação infantil em âmbito nacional e do município a ser estudado, perante as caracterizações e reflexões apresentadas, parte-se para análises de dados dos resultados das avaliações dos parâmetros e indicadores de qualidade para os Centros municipais de educação infantil do município de Curitiba no ano de 2015.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentar resultados das Avaliações dos Parâmetros e indicadores de qualidade do município de Curitiba no ano de 2015, mediante aos dados far-se-á análises e reflexões dos resultados apresentados frente à realidade das instituições.

De acordo com os dados concedidos pela Secretaria municipal de Curitiba, no ano de 2015 a rede municipal de ensino contava com 196 Centros municipais de Educação Infantil, distribuídos em 9 regionais.

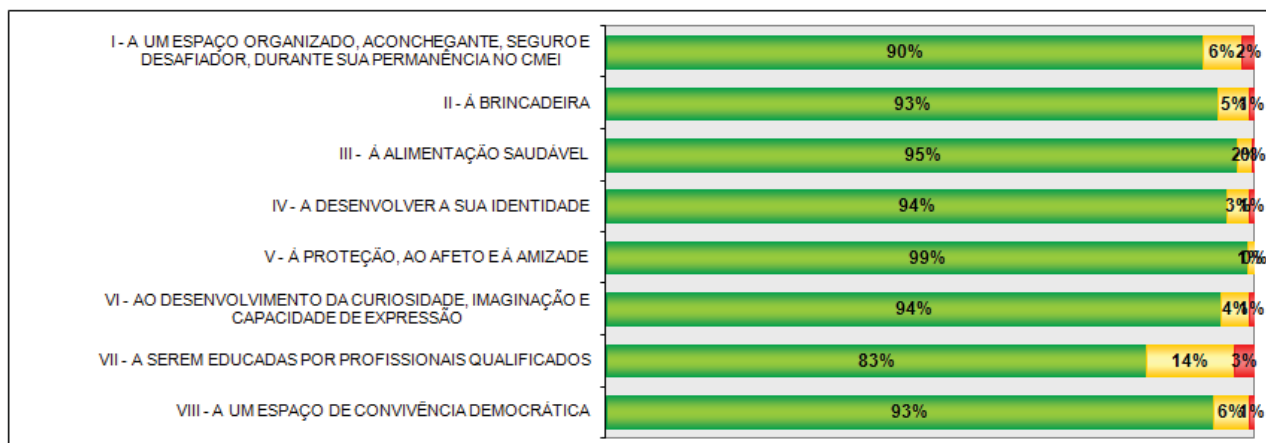
TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CMEI'S E PARTICIPANTES NA AVALIAÇÃO DO PIQ POR REGIONAIS - 2015

Regional	Número de CMEI's	Equipe do CMEI	Pais ou responsáveis
Bairro novo	22	611	1133
Boqueirão	22	579	1092
Boa Vista	25	509	1058
Cidade Industrial	38	508	1486
Cajuru	23	821	1626
Matriz	4	86	133
Pinheirinho	26	574	1426
Portão	19	405	1014
Santa Felicidade	17	337	663

Curitiba (2015). Adaptado por Silva (2019)

Diante dos dados expostos a cima é possível observar que houve 4430 profissionais da educação participantes da avaliação, atingindo a média de 22 profissionais por CMEI, já a participação dos pais ou responsáveis abrangeram a média de 49 membros, número este considerável em relação à participação das famílias, em se tratando de uma reunião a qual tem duração média de duas a três horas, sendo discutidos assuntos que por vezes não é de conhecimento dos familiares.

GRÁFICO 1 - RELATÓRIO GERAL - RME - PARÂMETROS I A VIII



FONTE: Curitiba (2015)

É notável que os oito direitos ou eixos norteadores apresentam-se bem conceituados, tendo as médias igual ou superiores a 83%, que significa ações consolidadas nas instituições, já as ações consideradas como acontecimentos eventuais não ultrapassam o percentual de 14%, por fim as ações relacionadas como inexistentes estão relativamente num nível baixo chegando ao máximo de 3%, deixando o pressuposto de que na maioria dos eixos norteadores serão necessárias poucas ações a serem realizadas para que se atinjam os 100%.

Devido à quantidade de critérios e indicadores de cada Direito da criança citado nos Parâmetros indicadores de qualidade para os Centros de educação infantil do município de Curitiba, será pontuado alguns critérios e indicadores específicos para realização da análise de dados, objetivando assim maior clareza de resultados e fatos.

De acordo com os Parâmetros indicadores de Qualidade para os centros municipais de educação infantil de Curitiba (2012), o 1º direito (p.05-09) está relacionado ao espaço organizado, aconchegante, seguro e desafiador, durante a permanência das crianças no CMEI, este abrange 6 critérios cada qual com seus indicadores específicos (60 no total).

Sobre o critério saúde encontra-se 19 indicadores dos quais ficará em destaque o indicador 17. (p.07). Este se refere à higienização diária da areia bem como a troca semestral. A higienização é possível ser realizada, no entanto a troca semestralmente da areia é um tanto quanto ilusória, sabe-se que os CMEIs têm

como mantenedora a prefeitura municipal e esta destina pouquíssima verba para a manutenção das instituições e certamente não é destinado aos CMEIs verba para troca semestral da areia, o qual deve ter um custo elevado. O fato é que, como pesquisadora e professora da rede municipal de Curitiba nunca presenciei ou escutei relatos de professores fazendo menção à troca da areia nas instituições de educação infantil em que trabalham.

Ainda no 1º direito organização dos espaços e tempos, sobre o critério: conforto e estética, destaco o indicador 6 o qual pontua a organização das salas de atividades que permita a “circulação confortável das crianças” (p.08). Neste caso uma circulação confortável seria em uma sala ampla na qual comportaria todos os educandos pertencentes à determinada turma. Conhecendo as estruturas dos CMEIs, bem como a relação de quantidade criança/professor é certo que esse indicador não é consolidado, visto que as turmas de berçários têm 18 bebês e as salas ainda comportam berços, armários, mesa, cadeiras, nichos (local onde se reserva os pertences dos bebês), caixas organizadoras (com brinquedos), almofadas e colchonetes.

Já as turmas de pré-escola têm 32 matrículas e às salas de atividades comportam mesas (em média 3), cadeiras (em média 12), colchonetes (32), armários, nichos e caixas organizadoras.

É possível verificar que esta questão em que envolve “circulação confortável das crianças”(p.08) não está consolidada, assim ampliaria este indicador salientando se: A instituição (mantenedora) respeita a questão de espaço considerando a metragem por educando em sala de atividade (m²). Pois neste caso é possível ver nas instituições de ensino infantil que a demanda de crianças por sala não considera os padrões indicados pela Portaria n.º 262/2011 de 31 de agosto a qual relata 1 m² por criança.

Diante destas observações e em paralelo com o resultado do PIQ o qual teve como resultados 90% de consolidações e apenas 2% para ações inexistentes é de se pensar se este realmente trás dados palpáveis para mediação de estratégias e ações as quais possam sanar ou amenizar os problemas e dificuldades apontados. Além disso, faz-se necessário salientar a importância de esclarecer as famílias sobre a seriedade de cada indicador, para que estes possam dar suas opiniões de modo coerente.

Saliento que neste 1º direito seria de extrema importância a inserção do indicador quantidade aluno/professor, a qual é sempre debatida e apontada como um dos quesitos para o ensino de qualidade, corroborando SOUZA (Org. 2011) salienta que “a melhoria de todos os aspectos da qualidade da educação, destaca-se, a relação do número de alunos por professor, que salvo melhor juízo, é um dos fatores mais relevantes para a qualidade do ensino” (p.76). Os autores ainda relatam que Cuba apresenta um dos melhores índices em sua região devido à garantia na redução de alunos por professor, assegurando a média de 15 alunos na educação primária e secundária.

No entanto nota-se com frequência que a maioria dos municípios em nosso país muitas vezes prioriza a quantidade, como no caso recente da prefeitura do município de Curitiba, que pretende alterar a deliberação número 02/2012 do Conselho Municipal de Educação, esta se refere ao dimensionamento das turmas e relação professor/criança. Caso de extrema preocupação principalmente para educação infantil, sendo esta considerada a primeira etapa da educação básica que atende crianças de 0 a 5 anos (LDB 9394/96), os quais estão em processo de aquisição de autonomia, necessitando de atendimentos específicos no qual o cuidar e o educar são indissociáveis. Sendo assim esta não se apresenta nos Parâmetros e indicadores de qualidade do município em, não será contabilizada como um dos critérios de qualidade.

No 2º direito que se refere a brincadeiras (p.11-13) abrange 6 critérios cada qual com seus indicadores específicos (25 no total). Neste 2º direito trarei como destaque 3 indicadores.

Sobre o critério segurança tem-se o indicador 8 que se refere a substituição das caixas organizadoras quando danificadas. Estas caixas por serem de plástico são constantemente danificadas devido ao manuseio diário, tais recipientes têm um custo elevado para aquisição, lembrando que os CMEIs não têm recursos próprios e são mantidos pela prefeitura assim, certamente a troca dessas inúmeras caixas organizadoras não é realizada como deveria, lembrando que a maioria dos CMEIs atende de 5 a 10 turmas e todas utilizam estas caixas para armazenar de modo adequado os brinquedos e demais objetos necessários.

Ainda em relação ao 2º direito no critério: quantidade o indicador 1 faz menção sobre o número suficiente de brinquedos, em paralelo tem-se o critério: qualidade sobre o indicador 2 que faz referência a resistência e durabilidade dos

brinquedos por fim elenco o critério: diversidade no indicador 1 que esta relacionado a variedades de brinquedos que contemplem diferentes funções, textura, cores, tamanhos e matérias primas.

Penso neste caso como os CMEIs conseguem manter esta estrutura, pois sabemos que o custo de brinquedos de qualidade é alto, e ainda adquirir quantidades suficientes para todas as crianças prezando a diversidade, é um indicador que requer elevado investimento.

No entanto os resultados referentes a este direito nos mostram que 93% desses indicadores estão consolidados e apenas 1% é inexistente. Pensar que os CMEIs conseguem com o pouco recurso que recebem manter este padrão é ilusório.

O 3º direito refere-se à alimentação saudável, bem como seu espaço e organização (p.15-17) abrange 4 critérios cada qual com seus indicadores específicos (36 no total).

Neste direito chamo a atenção para o critério: conforto e estética sobre o indicador 1 que faz referência ao espaço adequado e suficiente para as crianças não “restringirem seus movimentos”, se as salas de atividades não promovem espaço adequado para “circulação confortável das crianças” (p.08) possivelmente os refeitórios estarão nestas mesmas metragens, sabendo que nesses espaços é necessário mesas e cadeiras para todas as crianças bem como espaços para bufê. No entanto tem-se como prática dividir as turmas em 2 grupos para utilizarem em horários diferentes os refeitórios, assim o resultado deste direito está com o percentual 95% de ações consolidadas e menos de 1% de ações inexistentes. Além disso, neste direito muitas das ações estão envolvidas as práticas que não exigem investimentos, e quando este se faz necessário o custo não é elevado.

Com relação ao 4º direito o qual faz referência ao desenvolvimento da identidade da criança (p.19-20), abrange apenas 1 critério com seus indicadores específicos (15 no total).

Como as ações na maioria das vezes se baseiam em práticas que não necessitam de investimentos e está intrinsecamente ligado trabalho dos profissionais e suas mediações, pode-se dizer que este é efetivamente consolidado, além disso, este direito abrange aulas de campo, as quais são amplamente ofertadas pela mantenedora e se estende a todas as instituições de ensino, assim neste caso não é surpresa que 94% das ações sejam consolidadas e menos de 1% estejam inexistente.

O 5º direito faz menção a proteção, afeto e amizade (p.21-23), abrange 2 critérios com seus indicadores específicos (23 no total). Neste todos os indicadores se baseiam nas práticas e mediações realizadas pelos profissionais ligadas a especificidades de cada instituição, assim é de se esperar que o resultado atinja de 99% das ações consolidadas.

Já o 6º direito aborda o desenvolvimento da curiosidade, imaginação e expressão (p.25-40), este perpassa por todas as áreas de formação (Movimento. Linguagem artística. Literatura. Oralidade, leitura e escrita. Conhecimento matemático e Relações sociais e naturais) trabalhadas nos CMEIs. Desse modo, este direito é organizado por subitens contemplando os 6 critérios com seus indicadores específicos (126 no total). Pontuarei abaixo questões específicas relacionada à Linguagem artística e literatura.

No que se refere à linguagem artística nos critérios de qualidade e diversidade pode-se abrir aqui algumas lacunas visto que há uma ampla lista de materiais para expressão plástica, os quais devem ser proporcionados as crianças prezando quantidade, qualidade e diversidade. Com os poucos recursos recebidos as instituições dificilmente mantêm esses acessos de modo constante, pois a verba não é destinada apenas a estes materiais, há outras demandas.

Em literatura o critério: quantidade e diversidade fazem referência a reposição, “disponibilidade de diferentes versões de uma mesma história” e compra de novos livros semestralmente (p.31, 32). É possível ver nas equipes de gestão tentativas para concretizar esses indicadores, porém com a verba que as instituições recebem fica difícil administrar toda esta demanda.

Mesmo com esta dificuldade os resultados atingem 94% das ações consolidadas e 1% de ações inexistentes, isto se deve provavelmente a quantidade de indicadores que este direito contempla (126), além de envolverem ações e práticas dos profissionais sem necessidade de investimentos financeiros o que eleva o percentual das práticas consolidadas, assim estas pontualidades acabam por “maquiar” as necessidades de investimento em outras demandas.

Quanto ao 7º direito este tem como linha profissionais qualificados (p.41-42) abrange 1 critério com seus indicadores específicos (14 no total). Neste 7º direito terei como prioridade os indicadores 5, 7, 9 e 13, pois estes estão interligados e na sequência o indicador 6.

Em suma os quatros indicadores (5, 7, 9 e 13) fazem menção ao tempo destinado para planejamento (permanência), cursos e momentos de ampliação cultural. Infelizmente os professores de educação infantil não vivem esta realidade, a falta de profissionais nas instituições não possibilita estes momentos, assim se não há permanência fica impossível participar de curso e momentos de ampliação cultural, mesmo que estes (cursos e momentos de ampliação cultural) sejam de modo amplo ofertados pela mantenedora, não é possível que todos os profissionais participem.

Já o indicador 6 descreve sobre a ampliação anual do acervo de livros para estudo e planejamento da equipe, bons livros requer investimentos, sabe-se que estes tem um custo elevado e as instituições não recebem verba suficiente para concretizar este indicador. Em algumas instituições pode ocorrer doações e mesmo aquisição de 1 ou 2 livros, entretanto esta não é a realidade da maioria dos CMEIs.

É de se admirar que o percentual do 7º direito tenha obtido um nível elevado nas consolidações das ações obtendo 83% sendo que para as ações inexistentes o percentual foi de apenas 3%.

Por fim o 8º direito que faz referência a convivência democrática (p.43-45), abrange 6 critérios (distintos dos direitos anteriores) com seus indicadores específicos (29 no total). Em suma este se baseia em ações da equipe de gestão com as diferentes instâncias colegiadas como: Equipe de profissionais, O conselho do CMEI, Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF).

O critério: atenção a equipe tem o indicador 3 descreve sobre o respeito a legislação vigente seja no coletivo ou individual, aqui faço um paralelo com o 7º direito que tem no indicador 5 o tempo destinado semanalmente para planejamento, direito este garantido por lei que não se efetiva.

Outros aspectos que merecem nossa atenção é os indicadores que fazem referência a participação ativa dos conselhos e APPF nas reuniões e repasses das ações para a comunidade escolar, ao todo quatro indicadores do critério: transparência (5, 7, 9 e 10) menciona os repasses e reuniões realizadas por estas instâncias colegiadas.

O critério: Planejamento participativo aborda em dois indicadores (1 e 2) o envolvimento das famílias com relação a avaliação da proposta pedagógica bem como a participação de familiares no planejamento e organização dos eventos realizados na instituição.

De acordo com os resultados do PIQ 93% das ações consolidadas e 1% de ações inexistentes, o que me deixa com algumas inquietações sobre a real participação das famílias nestas atividades citadas acima, visto que um dos maiores questionamentos dos professores é a ausência dos pais ou responsáveis em reuniões escolares.

É preciso ainda neste direito que se trata da convivência democrática mencionar a necessidade da inserção da eleição para diretores nas instituições de educação infantil. Infelizmente este indicador nem é mencionado, sendo assim não é avaliado e conseqüentemente não será contabilizado como critério de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as avaliações institucionais são um instrumento de reflexão e tomada de decisão referente aos diferentes elementos que perpassam as instituições de educação, tendo como linha de observação os espaços, a estrutura e instalação predial, os materiais utilizados, a organização, a equipe de gestão, as ações e formação dos profissionais, dentre outros. Estes elementos são princípios mínimos para educação de qualidade.

É válido salientar que a município de Curitiba tem grandes avanços referente as avaliações institucionais na educação infantil, em se pensar que muitos municípios ainda não se utilizam deste instrumento para avaliar a qualidade desta etapa de ensino que ofertam, dificultando delinear as estratégias e ações para amenizar as fragilidades.

A veracidade dos fatos bem como ter a realidade da instituição é um meio de verificar as reais condições, permitindo que por meio das avaliações os órgãos competentes possam intervir de acordo com suas possibilidades, buscando estratégias voltadas à solução dos problemas e dificuldades apresentados pelo coletivo. Em alguns casos as soluções podem partir da equipe de gestão, dos professores, dos funcionários e comunidade escolar, bem como ações atreladas diretamente às mantenedoras.

No que se refere a análise dos dados apresentados nesta pesquisa, que evidenciou o resultado das avaliações dos Parâmetros Indicadores de Qualidade na Educação Infantil quanto município, percebe-se que de modo geral os percentuais indicam elementos positivos, visto que as avaliações apontam em suma que a maioria das ações estão consolidadas, fato este que deixa incertezas, já que nas discussões trago apontamentos sólidos em que há indicadores não consolidados, mas que de modo geral apresentam-se com resultados satisfatórios.

Este fato pode ser um dos obstáculos para as ações da mantenedora, já que não se faz necessário um olhar sobre estes resultados, os quais estão entre 83 a 99% de ações consolidadas e apenas de 1 a 3% das ações inexistente. Além disso, pode dificultar as solicitações e movimentos de políticas públicas dos profissionais e comunidade, pois a mantenedora terá como argumento os bons resultados destas avaliações provenientes do próprio colegiado.

Esta pesquisa trouxe elementos significativos sobre a avaliação da educação infantil e a importância da veracidade dos resultados, apontando ainda questões que podem ser consideradas em novas e necessárias pesquisas nesse campo.

Uma delas poderia abordar como esses dados são utilizados nas instituições de Educação Infantil, identificando quais seriam alguns dos encaminhamentos realizados frente aos dados levantados nesta avaliação. Visto que é a instituição junto com a comunidade escolar que descrevem os resultados. Essa escuta atenta dos olhares e reflexões dos profissionais envolvidos na análise e possíveis ações frente aos resultados podem trazer novos subsídios para a qualidade na educação infantil.

Por isso se faz necessário que o resultado não seja alterado “maquiado”, e se apresentem de modo transparente, como citado por SOUSA (1999) no qual relata a importância de as “unidades escolares assumirem, com transparência e responsabilidade, sua auto-avaliação.” (p.6). Pois para que se possam criar programas de intervenção ou políticas de gestão para educação se fazem necessários esses dados e pesquisas.

Outra proposta de pesquisa seria referente aos profissionais da educação infantil e suas percepções sobre a Avaliação dos Parâmetros indicadores de qualidade na educação infantil e seus possíveis impactos mediante os resultados. Visto que todos os elementos considerados na avaliação estão diretamente ligados a sua atuação no contexto escolar tendo como objetivo a qualidade, e seus apontamentos são contabilizados nos resultados.

BROOKE e CUNHA (2011, *apud* MORO; SOUZA, 2014, p.104) citam que os resultados das avaliações são “pouco aproveitados pelas secretarias de educação para formulação de políticas de gestão”. Assim pode-se apontar ainda como possível elemento de pesquisa a utilização dos resultados das avaliações institucionais pela secretaria de educação.

Muitos critérios e indicadores apesar de serem apresentados como incumbências da gestão das instituições, na realidade remetem-se diretamente as mantenedoras (financiamento e quadro de profissionais), que neste caso não estão presentes em nenhum tópico da avaliação, deixando a responsabilidade em torno da equipe de gestão, professores, funcionários e comunidade escolar.

Assim, acredito que a Avaliação dos Parâmetros indicadores de qualidade na educação infantil, pode ser um grande aliado se utilizado para delinear ações e estratégias em pequena escala (única instituição), bem como em toda a rede quando os resultados forem alarmantes na maioria das instituições, visando não só ações das instituições como também da mantenedora.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. **Avaliações externas e qualidade na educação básica**: articulações e tendências. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Legislação*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, v.1. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 6 abr.2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, v.2. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>>. Acesso em: 6 abr.2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da qualidade na educação infantil/Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica - Brasília: MEC/SEB, 2009.**
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Coordenação de avaliação educacional. **Projeto INEP-PNUD/BRA/92/002**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Objetivos, Diretrizes, Produtos e Resultados. Brasília: MEC/SEB, 1994.
- BRASIL. Portaria n.º 262/2011. Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches. Diário da República, 1.ª série — n.º 167 — de 31 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/671660/details/maximized>> Acesso em: 6 abr.2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2012). **Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação**. Brasília, DF: MEC, out. 2012. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.147/2011, do Ministério da Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 jan. 2019.

CURITIBA. **Parâmetros e indicadores de qualidade para os centros municipais de educação infantil**. 2012.

CURITIBA. **Parâmetros e indicadores de Qualidade para os centros municipais de educação infantil**. 2009.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo, Cortez, 2003.

FONCECA, J.J.S. **Metodologia de pesquisa científica**, Fortaleza. Universidade Estadual do Ceará - UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, M. “**Prefácio: Concepção Dialética da Avaliação**”. In: DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987. Disponível em: <http://gadotti.org.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/384/AMG_PUB_03_006.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em: 25 mai. 2019.

LÜCK, H. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LUCKESI, C. C. **Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola?** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MORO, C; SOUZA, G. Produção acadêmica Brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. **Estudos de Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 100 - 125, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1928/1928.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SOUSA, S. Z. e SÁ BRITO, D. T. Subsídios para avaliação do Projeto Capacitação de Recursos Humanos / Programa EDURURAL / NE. In: **Capacitação dos profissionais da educação: perspectivas para avaliação**. Belo Horizonte: FAE / IRHJP, 1987.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: **O Ensino Municipal e a Educação Brasileira**. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, 1999. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufm/file.php/1/gestores/planejamento/pdf/u2_eixo1_1.pdf> Acesso em: 21 jan. 2019.

SOUSA, S.Z. Avaliação Escolar: constatações e perspectivas. **Revista de Educação AEC**, Brasília -DF, ano 24, n. 94, p.59-66, jan./mar., 1995.

THURLER, M. G. **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive**. Tradução de: LOPRETO, L. 1997. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/file.php/1/Cursos-Ano-Base_2013/Acervo_BibliotecaS6-AE_2013/a-eficacia-das-escolas-nao-se-mede.pdf> Acesso em: 04 nov. 2017.

TROJAN, R. M. **Políticas educacionais na América Latina e os impactos da globalização.** In: SOUZA, Â. R. de; GOUVEIA, B. A.; TAVARES, T. M. Políticas Educacionais: Conceitos e debates. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2011. p. 53-82.